



DA REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Ariane Luiz da Silva¹, Valéria Silva Galdino Cardin²

¹Acadêmica do Curso de Direito, Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR, Maringá-PR. Programa de Iniciação Científica da UniCesumar (PIC). arianevolpattosilva@hotmail.com

²Orientadora, Pós-doutora, Docente da Universidade Estadual de Maringá e da UNICESUMAR

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a necessidade e a possibilidade de regulamentação das atividades das/dos profissionais do sexo. Destacando-se que tal regulamentação implicaria não apenas na efetivação dos direitos fundamentais desses sujeitos, mas importaria em instrumento de combate à exploração sexual adulta e infantil. Ainda, analisando os objetivos específicos pretende-se descrever como tal prática encontra-se descrita desde a antiguidade, questionar a temática sob um enfoque de gênero, considerando-se as relações de poder perpetradas ao longo da história, analisar os princípios constitucionais que são violados em razão da inércia legislativa, verificar a possibilidade jurídica da regulamentação da atividade e seus reflexos no direito do trabalho. Para a realização do trabalho será utilizado o método teórico, utilizando-se, de livros, artigos científicos, revistas científicas, reportagens e estudos já realizados sobre o tema, para que através deles seja feita a análise interpretativa que resulte na problematização do tema e em suas respectivas soluções. Verifica-se que a prática da prostituição é recorrente em diversas regiões do país. Afirma-se que a falta de regulamentação fomenta a exploração sexual adulta e infantil, bem como o tráfico de mulheres. Em que pese o tema ser considerado como sendo um tabu, impera-se por sua discussão, pois tais pessoas devem ser consideradas vulneráveis ante a inexistência de legislação que lhes tutele os direitos fundamentais de modo efetivo. A falta de regulamentação implica na perpetuação da estigmatização e discriminação perpetrada contra essas pessoas que se utilizam do próprio corpo como meio de subsistência. Relevante, portanto, analisar se tal omissão legislativa possui conexão com as relações hierárquicas de poder historicamente perpetradas entre homens e mulheres. Ademais, pretende-se demonstrar a necessidade de regulamentação da atividade, importa não apenas no reconhecimento de direitos trabalhistas dessas pessoas, mas na efetivação dos preceitos de igualdade e dignidade da pessoa humana. A presente pesquisa visa como resultado, a criação de norma específica, a fim de regulamentar a atividade dos chamados "profissionais do sexo". Onde a regulamentação implicará na efetivação dos direitos fundamentais desses sujeitos, bem como atuará no combate a exploração sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição; Dignidade da pessoa humana; Regulamentação.